

É hora de reformas microeconômicas, diz Figueiredo

Diretor do BC afirma que nova Lei das S.As. e Lei de Falências devem sair logo

LU AIKO OTTA
e LEANDRA PERES

Jose Paulo Lacerda/AE



Luiz Fernando Figueiredo, do BC: estudo mostra que o PIB está grudado na taxa de crescimento

BRASÍLIA – O País precisa de reformas microeconômicas para que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresça de forma sustentada, disse ao Estado o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo.

Diferentemente dos últimos anos, quando a área econômica do governo se dedicou integralmente a apagar incêndios, o ano de 2001 será dedicado a ajustes pontuais, como alterações na legislação de falências, novas regras para as sociedades anônimas e a reforma tributária. São esses ajustes que darão mais produtividade à economia e fornecerão combustível para que o PIB continue crescendo numa base sólida.

Um estudo feito pelos técnicos do Banco Central mostrou que, se tudo continuar como está, e o País não registrar ganhos de produtividade, o PIB só poderá crescer em torno de 4,5% ao ano sem a ameaça de problemas como a volta da inflação. O estudo conclui que o PIB atual está colado na taxa de crescimento potencial da economia, o que quer dizer que na situação atual há pouco espaço para acelerar o crescimento. Por isso, são necessárias mudanças que permitam, por exemplo, o barateamento do crédito para as empresas. Isso abriria espaço para uma maior expansão econômica.

“O grande ganho que aconteceu na economia americana, mais do que em qualquer outra economia, foi esse”, disse o diretor. A seguir, os principais trechos da entrevista:

■ Crescimento – “Por enquan-

TRIBUTAÇÃO TERÁ MUDANÇAS ESTE ANO

to, não temos elementos que nos digam que o crescimento da economia será diferente dos 4,5% que projetamos. O País pode crescer muito ou pouco, a questão é qual é o número sustentável a longo prazo. Se não tivermos nenhum avanço, o número é esse mesmo. Se houver avanços como reforma tributária, uma nova lei de sociedades anônimas e uma nova legislação para falências, por exemplo, a economia nacional ganhará mais produtividade. Por isso, essas reformas são importantíssimas para aumentar a capacidade de crescimento.”

■ Agenda – “A agenda, hoje, está voltada para o micro. Não são coisas pontuais. São mudanças muito importantes, mas micro. Basicamente, há dois conjuntos de questões a trabalhar: melhorar a qualidade do gasto e aumentar a competitividade das empresas. Por exemplo, é preciso discu-

tir se é razoável gastarmos de 5% a 6% do PIB com a Previdência. Não é por isso que nosso orçamento não é sustentável. Mas é razoável gastar isso com a Previdência e cerca de 2% do PIB com Educação, cerca de 1,5% com Saúde? Essa é uma coisa, a qualidade do gasto público. Há a outra vertente, a da produtividade. A questão da Lei de Falências tem um impacto enorme nas empresas, pois o custo delas cairá bastante. O crédito pode ficar mais barato também para pessoas físicas. A Lei das Sociedades Anônimas vai aumentar a proteção dos minoritários, estimular a poupança interna de longo prazo. No Brasil, passamos a nossa História com problemas na economia, problemas macroeconômicos. Quando isso acontece, não se consegue mexer na microeconomia. Problemas no macro matam, problemas no micro matam a longo prazo.”

■ Falências – “Estamos trabalhando num projeto para mudar a Lei de Falências, para mexer em pontos importantes como as garantias. O crédito

com garantia é mais barato, mas no Brasil ele não passa de 20% do total emprestado. Aqui, a garantia vale pouco, porque se a empresa quebra, a garantia vai para a massa falida e o banco pode levar anos para recebê-la. Ou seja, a garantia não é para valer. A garantia só tem valor quando a empresa entra em concordata, mas quando entra em falência, não. Isso eleva o custo do crédito a um nível quase igual ao de um empréstimo sem garantia. Esse é um ponto importantíssimo, que precisa ser regulado para não haver distorções, mas a idéia é fazer com que uma garantia tenha valor real. Basta ver o que acontece nos EUA, com o mercado de imóveis. O credor consegue restabelecer o bem em 30 dias. Só que, lá, ele dá um crédito por 30 anos e cobra o custo do governo americano mais 1,5% ao ano. Ou seja, é um custo muito baixo, porque a garantia tem um valor alto. No Brasil, às vezes se levam dez anos para restabelecer um imóvel.”

■ Reforma tributária – “O governo vai, sim, fazer uma ofen-

siva forte na reforma tributária este ano. A idéia é fazer por etapas, e ainda se está discutindo qual vai primeiro. Ela não tem por objetivo diminuir a arrecadação, mas torná-la menos onerosa para a economia e não deixar que a questão tributária seja impeditiva para o desenvolvimento de um setor. É preciso trabalhar, por exemplo, para que a tributação deixe de ser um desestímulo à exportação, por isso a desoneração está dentro da reforma tributária. Para isso, é necessário ampliar a base contributiva, porque daí todos podem pagar menos. A reforma tributária vai avançar, apesar do ceticismo. Querem apostar? Se até o final do ano não tivermos pelo menos uma unificação do ICMS, eu pago um almoço.”

■ CPMF – “O Banco Central vê o aspecto da CPMF que atrapalha o desenvolvimento do mercado de capitais, aumenta o custo da intermediação financeira, encarece o custo da empresa. Nossa visão é que a CPMF atrapalha, embora não seja decisiva. O ideal é que tenhamos outros impostos que substituam a CPMF e tenham menos efeitos nocivos. A CPMF é um ótimo imposto do ponto de vista da arrecadação, inclusive porque atinge o setor informal, mas tem uma série de efeitos colaterais complicados. O que fazer para que não seja mais necessária a CPMF, é algo que o Ministério da Fazenda está analisando. É necessário considerar que os efeitos da CPMF sobre o mercado financeiro são graves, mas grave também é não ter estabilidade fiscal. Se não há outra receita de melhor qualidade, então não se pode tirar a CPMF, porque a base da nossa visão é fiscal. A economia vai trabalhar mais distorcida, algumas coisas vão-se desenvolver menos? Paciência. A questão é tentar avançar para a CPMF não ser mais problema.”

■ Lei das Sociedades Anônimas – “Está na bica, está para sair. Provavelmente, haverá mudanças na redação para diminuir as resistências no Congresso. Mas será uma mudança de gradação, não na direção. O ponto principal dessa nova lei é dar mais proteção ao acionista minoritário da empresa. Hoje, o poder deles, comparado aos dos controladores, é muito desigual. Se for possível mexer nisso, ainda que seja num grau menor do que o governo gostaria, está bom. Acho importante, por exemplo, o ‘tag along’ (cláusula que garantirá aos minoritários o direito de vender suas ações pelo mesmo preço obtido pelo controlador).”

■ Independência do Banco Central – “Quando se fala em independência do BC, na verdade está se falando de autonomia operacional do Banco Central. Uma vez que o BC tenha uma meta estabelecida pelo governo, o Banco Central tem autonomia para alcançá-la. Hoje, ele tem uma autonomia dada pelo governo. A idéia é que passe a ser uma coisa que independa do governo. Não é que o BC vá, ele próprio, definir a meta. Mas vai ter autonomia

para alcançá-la. O que se quer é institucionalizar essa autonomia. Por isso, a diretoria terá mandato.”

■ Agência de fiscalização – “A agência reunirá atividades hoje exercidas pela Secretaria de Previdência Complementar, Susep, CVM e Banco Central. Mas a fiscalização, no tocante a risco sistêmico, fica no BC. A fiscalização do ponto de vista do consumidor vai para a agência. A idéia é que a agência e o BC sejam coisas separadas, mas trabalhem juntos. Quando se faz uma Inspeção Geral Consolidada, a preocupação dos fiscais é com a solvência do banco. É uma análise totalmente diferente daquela do ponto de vista do consumidor.”

**HOJE, HÁ
POUCO
ESPAÇO PARA
O PIB CRESCER**